



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
QUARTA CÂMARA CÍVEL

## **ACÓRDÃO**

**Apelação Cível nº 0001641-89.2014.815.0761**

**Origem** : Comarca de Gurinhém

**Relator** : Juiz de Direito Convocado Gustavo Leite Urquiza

**Apelante** : Município de Caldas Brandão

**Advogado** : Newton Nobel Sobreira Vita – OAB/PB nº 10.204

**Apelada** : Ana Maria Malheiros da Costa

**Advogado** : Henrique Souto Maior – OAB/PB nº 13.017

**APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. VERBAS REMUNERATÓRIAS INADIMPLIDAS. PROCEDÊNCIA PARCIAL DOS PEDIDOS. RETENÇÃO DE VERBAS REMUNERATÓRIAS. GRATIFICAÇÃO NATALINA DE 2012. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS DO PERÍODO DE 2009 A 2012. DIREITOS ASSEGURADOS CONSTITUCIONALMENTE. PAGAMENTOS NÃO DEMONSTRADOS. ÔNUS DO ENTE PÚBLICO. INTELIGÊNCIA DO ART. 373, II, DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ADIMPLEMENTO DEVIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO.**

- É obrigação do ente público comprovar que todas as remunerações foram pagas aos seus servidores, na forma consagrada pela lei, ou que não houve a prestação do serviço alegada, por dispor a Administração de plenas condições para tal fim, sendo natural, em caso de ação de cobrança ajuizada por servidor, a inversão do ônus probatório.

- É direito constitucionalmente assegurado aos servidores a percepção da gratificação natalina e do terço constitucional de férias, sendo vedada sua retenção, de forma que, não tendo o município demonstrado o efetivo pagamento das referidas verbas, o adimplemento é medida que se impõe.

**VISTOS**, relatados e discutidos os presentes autos.

**ACORDA** a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, desprover o recurso.

Trata-se de **APELAÇÃO**, fls. 94/101, interposta pelo **Município de Caldas Brandão** contra sentença proferida pelo Juiz de Direito da Comarca de Gurinhém, fls. 87/91, que julgou parcialmente procedente o pedido exordial formulado na **Ação de Cobrança** ajuizada por **Ana Maria Malheiros da Costa**, mediante a consignação dos seguintes termos no excerto dispositivo:

Frente ao exposto e, atento ao que mais dos autos consta e princípios de direito aplicáveis à espécie, com base nas disposições do art. 269, I, do CPC, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE A**

**PRETENSÃO**, para, ato contínuo, condenar a Prefeitura Municipal de Caldas Brandão-PB a pagar a promovente **ANA MARIA MALHEIROS DA COSTA**, qualificada nos autos, as seguintes verbas:

**I – Férias**, acrescidas de 1/3, concernentes ao período de janeiro de 2009 a dezembro de 2012;

**III – Décimo terceiro salário**: referente ao ano de 2012.

Em suas razões, o **recorrente** postula a reforma da decisão vergastada, reiterando, no tocante aos salários atrasados, que “que no dia 31 de outubro de 2012, o Prefeito Constitucional de Caldas Brandão-PB, usando de suas atribuições conferidas pelo art. 69, II, alínea “b” da Lei Orgânica do Município, expediu portaria nº 0133, exonerando todos os ocupantes de cargos comissionados”, fl. 98, motivo pelo qual não tem direito, a autora, de receber as verbas pleiteadas. Com relação ao terço de férias e à gratificação natalina, aduz que em razão da promovente não ser concursada, não lhe são devidas as citadas verbas, haja vista o vínculo empregatício existente entre as partes ser “nulo de pleno direito”, fl. 98.

Devidamente intimada, a apelada apresentou contrarrazões, fls. 105/108, rebatendo pontualmente os termos elencados no apelatório.

Feito não remetido ao **Ministério Público**, tendo-se em vista a não subsunção do caso em quaisquer das hipóteses, nas quais esse Órgão, por seus representantes, deva intervir como fiscal da ordem jurídica; consubstanciado, ainda, no art. 169, §1º, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

**É o RELATÓRIO.**

**VOTO**

Conforme relatado, o cerne da questão posta a desate consiste em saber se **Ana Maria Malheiros da Costa**, servidora pública do **Município de Caldas Brandão**, faz jus ao recebimento da gratificação natalina e terço constitucional de férias referentes aos anos de 2009 de 2012, tendo em vista que apenas tais verbas foram impugnadas por meio do presente recurso voluntário.

Analisando a documentação encartada, fls. 16/23, vislumbra-se a comprovação do vínculo jurídico entre a servidora e o ente municipal desde o ano de 2005, circunstância, *a priori*, suficiente para demonstrar os seus direitos de perceber as verbas em questão.

Diante desse panorama e a fim de reverter a condenação quanto a tais verbas, caberia ao município, nos termos do art. 373, II, do novo Código de Processo Civil, acostar documentos hábeis e capazes de modificar ou extinguir o direito da parte autora no que se refere ao recebimento das quantias não adimplidas, posto ser obrigação de o ente público comprovar que todas as remunerações foram pagas aos seus servidores, na forma consagrada pela lei, ou que não houve a prestação do serviço alegada, por dispor a Administração de plenas condições para tal fim, sendo natural, em caso de ação de cobrança ajuizada por servidor, a inversão do ônus probatório.

Nesse caminhar, preceitua o art. 373, II, do novo Código de Processo Civil vigente:

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

- I – ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;
- II – ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor - destaquei.

Sobre o tema, o entendimento desta Corte de Justiça é no sentido de ser “ônus do município provar a ocorrência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo que afaste o direito do servidor ao recebimento das verbas salariais pleiteadas” (TJPB; Rec. 026.2011.000322-0/001; Quarta Câmara Especializada Cível; Rel. Des. João Alves da Silva; DJPB 27/06/2013; Pág. 16) – negritei.

Na mesma direção:

APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. GRATIFICAÇÃO NATALINA E REMUNERAÇÕES RETIDAS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. PRELIMINAR. CERCEAMENTO DE DEFESA. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO BANCO GERENCIADOR DA CONTA DESTINADA AO DEPÓSITO DAS REMUNERAÇÕES DO SERVIDOR. APRESENTAÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DO DISCUTIDO PAGAMENTO. DILIGÊNCIA REQUERIDA PELO MUNICÍPIO NA CONTESTAÇÃO E DISPENSADO TACITAMENTE EM AUDIÊNCIA. REJEIÇÃO. MÉRITO. ALEGAÇÃO DE NÃO COMPROVAÇÃO DA AUSÊNCIA DOS PAGAMENTOS. FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. ÔNUS DO RÉU. ART. 333, II, DO CPC. PAGAMENTO DEVIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO. 1. Não há que se falar em cerceamento de defesa se a parte, quando oportunizada pelo juízo, não requer a produção de outras provas, desistindo tacitamente do requerimento anteriormente formulado. 2. O art. 333,

II, CPC, estabelece ser ônus do réu a comprovação quanto à existência dos fatos impeditivos do direito do autor. 3. Apelação e remessa necessária desprovidas. (TJPB; Ap-RN 0000117-75.2015.815.0000; Quarta Câmara Especializada Cível; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 04/05/2015; p. 19) – destaquei.

Ademais, cumpre destacar que **Nelson Nery Júnior** é incisivo ao dispor que o réu não deve apenas formular meras alegações em sua defesa, mas, sim, comprovar suas assertivas, pois quando excepciona o Juízo, nasce para o mesmo o ônus da prova dos fatos aduzidos na exceção, como se autor fosse. Vejamos:

II - 9. Ônus de provar do réu. Quando o réu se manifesta (...) O réu deve provar aquilo que afirmar em juízo, demonstrando que das alegações do autor não decorrem as consequências que pretende. Ademais, quando o réu excepciona o juízo, nasce para ele o ônus da prova dos fatos que alegar na exceção, como se autor fosse (*reus in exceptione actor est*). (In. **CPC e Legislação Extravagante**, RT, 7. ed., São Paulo, 2003, p. 724).

Com base nessas considerações, entendo que a decisão de primeiro grau não merece ser reformada, pois, diante do entendimento acima esposado, é cabível a condenação do ente municipal ao pagamento da gratificação natalina do ano de 2012, bem como ao terço de férias correspondente ao período de janeiro de 2009 a dezembro de 2012.

Nesses termos, calha transcrever o seguinte excerto da sentença hostilizada, fl. 88:

Com relação aos pedidos de pagamentos de férias décimos terceiros salários do período, ficou devidamente demonstrado que tão somente houve o pagamento do 13º salário nos exercícios, 2009, 2010 e 2011 e, no tocante às férias, restou demonstrado que em nenhum exercício estas foram concedidas.

Com essas considerações, a manutenção da sentença é medida que se impõe.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO AO APELO.**

É o **VOTO.**

Presidiu o julgamento, o Desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira. Participaram, ainda, os Desembargadores Gustavo Leite Urquiza (Juiz de Direito convocado para substituir o Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho) (Relator) e João Alves da Silva.

Presente a Dra. Jacilene Nicolau Faustino Gomes, Procuradora de Justiça, representando o Ministério Público.

Sala das Sessões da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, em 10 de julho de 2018 - data do julgamento.

**Gustavo Leite Urquiza**

Juiz de Direito Convocado

Relator



